

LUÍS MENDES

A “CRISE” DO MARXISMO E AS GEOGRAFIAS PÓS-MODERNAS NO ESTUDO DA GENTRIFICAÇÃO

Resumo: O presente artigo constrói-se a partir da discussão e reflexão teóricas das questões gerais inerentes ao paradigma marxista e às recentes tendências pós-modernas da evolução do pensamento geográfico, e do seu reflexo na metodologia e conceptualização a que recorrem os principais académicos dos estudos urbanos para a análise da gentrificação. Procurar-se-á interpretar este tema da geografia urbana contextualizando-o no quadro destes regimes explicativos da realidade sócio-espacial.

Palavras-chave: gentrification/ gentrificação, pós-modernidade, geografia marxista, produção social do espaço, estudos urbanos.

INTRODUÇÃO

Durante as últimas três décadas, o mercado de habitação dos centros históricos das cidades do capitalismo avançado tem sofrido transformações significativas, do ponto de vista da emergência de novos produtos imobiliários e de novos formatos de alojamento, com consequências na organização espacial urbana. Estas transformações já algum tempo configuram o esboço de uma tendência de recentralização que diz respeito à revalorização de áreas na cidade centro e compreende a reabilitação de sítios antigos e o reaproveitamento de áreas subocupadas, para além dos processos mais permanentes de renovação pontual, ou em mancha, todos produzindo processos de gentrificação.

Numa última fase de estudo da gentrificação, a análise do fenómeno centrou-se nas teses da produção e do consumo. As explicações tenderam a dicotomizar-se, procurando, cada uma delas, privilegiar a supremacia de uma esfera em relação à outra no estudo do processo. As primeiras teorias, de influência marcadamente marxista, procuraram enfatizar a importância do capital e dos diversos agentes institucionais (Estado, Poder Local, Bancos e outras instituições financeiras) no processo de reestruturação do espaço urbano fazendo derivar o processo de gentrificação do movimento e circulação de capital nas áreas urbanas, procurando explicar este processo através da desvalorização que sofre o solo urbano, face ao rendimento que um novo investimento poderia ter. Por seu turno, as teorias que privilegiam o consumo (“pós-moderno”) entendem a gentrificação como consequência directa das mudanças verificadas na estrutura demográfica e social da população e no

estilo de vida de certos sectores da classe média, nos valores e padrões de consumo a ele associados.

O desenvolvimento deste breve artigo constrói-se, então, num percurso de discussão e reflexão teóricas das questões gerais inerentes ao paradigma marxista e às recentes tendências pós-modernas da evolução do pensamento geográfico, e do seu reflexo na metodologia e conceptualização a que recorrem os principais académicos dos estudos urbanos para o estudo da gentrificação. Procurar-se-á, assim, interpretar este tema da geografia urbana equacionando-o sob o signo dos posicionamentos normativos gerais destes regimes explicativos da realidade sócio-espacial no âmbito da Epistemologia da Geografia e ainda da Filosofia da Ciência em geral.

1. DA GENTRIFICAÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES INICIAIS EM TORNO DO CONCEITO

No mundo anglo-saxónico dos anos 70 e 80 começaram a esboçar-se tendências que se não prefiguravam a inversão da suburbanização, pelo menos manifestavam sinais contrários desta. Estudos empíricos começam a sugerir um regresso aos bairros centrais mais antigos por parte de actores sociais que apresentam características distintas dos residentes. Na verdade, alguns observadores europeus e norte-americanos têm assinalado que, desde o início da década de 70, um pequeno mas significativo (porque crescente) número de famílias jovens, de médio e/ou alto rendimento, têm vindo a transferir-se para bairros centrais antigos, empreendendo estratégias de reabilitação do seu parque habitacional.

Como se encontra bem documentado, o termo “gentrification”¹, terá sido empregue pela primeira vez por Ruth Glass, em 1964, para designar a mobilidade residencial de indivíduos das classes médias para as áreas populares da cidade de Londres (Zukin, 1987). Assim, para aquela autora:

¹ O termo “gentrification” tem origem no termo “gentry”, que podemos traduzir literalmente por “pequena nobreza” ou “pequena aristocracia”. No “Oxford Advanced Learner’s Dictionary”, de 1995, pode ler-se: “gentry – people of good social position, those that own a lot of land; gentrify – to restore and improve a house, an area, etc, to make it suitable for people of higher social class than those who lived there before; Gentrification». Yves Lacoste no seu “Dicionário de Geografia” de 2005 não encontra uma definição muito diferente das consensualmente apresentadas pela maioria dos autores: “Expressão relativamente recente de origem anglo-saxónica que designa um fenómeno de transformação urbana: a substituição da população modesta de um bairro popular por novos habitantes com rendimentos mais elevados, a favor de operações de renovação». A tradutora do original francês propõe a designação “afidalgamento urbano”. Os textos de língua francesa, continuando a usar o conceito no seu idioma original, referem-se-lhe como se tratando de um processo de “embourgeoisement”. Em Portugal, e uma vez que não abundam os estudos sobre o fenómeno, um dos primeiros problemas com que nos defrontámos foi, precisamente, a dificuldade da sua tradução fiel.

“One by one, many of the working-class quarters of London have been invaded by the middle-classes – upper and lower. Shabby, modest mews and cottages – two rooms up and two down – have been taken over, when their leases have expired, and have become elegant, expensive residences. Larger Victorian houses, downgraded in an earlier or recent period – which were used as lodging houses or were otherwise in multiple occupation – have been upgraded once again... Once this process of “gentrification” starts in a district it goes on rapidly until all or most of the original working-class occupiers are displaced and the whole social character of the district is changed” (Glass, 1964: xviii)².

Desde então o conceito de “gentrification” viria a surgir com alguma frequência nos estudos urbanos, sobretudo anglo-saxónicos, em particular a partir da década de 70 e mais recentemente, desde meados dos anos 80, tem suscitado também a atenção das várias ciências sociais. Definições variáveis, mas muito próximas da de Ruth Glass, foram sendo avançadas ao longo das últimas quatro décadas, sendo de sublinhar as seguintes:

“recent widespread pattern of middle-class residential settlement of older inner-city neighborhoods formerly occupied mainly by working-class and underclass communities” (Caulfield, 1994: xi).

“Gentrification is the process [...] by which poor and working-class neighborhoods in the inner city are refurbished via an influx of private capital and middle-class homebuyers and renters – neighborhoods that had previously experienced disinvestment and a middle-class exodus. [...] a dramatic yet unpredicted reversal of what most twentieth-century urban theories had been predicting as the fate of the central and inner-city” (Smith, 1996a: 32).

1. “Simultaneously a physical, economic, social and cultural phenomenon, gentrification commonly involves the invasion by middle-class or higher-income groups of previously working-class neighbourhoods or multi-occupied “twilight areas” and the replacement or displacement of many of the original occupants” (Hamnett, 1984: 282).

² Glass, R. (1964) – *London: Aspects of Change*. Centre for the Urban Studies and MacGibbon and Kee, London. Abordada por Smith (1996a: 33).

Desde há cerca de 40 anos, o conceito vem assim designar este novo processo de recomposição (e substituição) social verificado no espaço urbano, estreitamente ligado a acções de reabilitação urbana das habitações nos centros antigos das cidades, mediante investimentos estatais ou privados.

2. A GENTRIFICAÇÃO E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO NO PLANO DAS LUTAS DE INTERESSES E OBJECTIVOS DE CLASSE

“Space is a material product, in relation with other elements - among others, men, who themselves enter into particular social relations, which give to space (...) a form, a function, a social signification. It is not, therefore, a mere occasion for the deployment of social structure, but a concrete expression of each historical ensemble in which a society is specified”

(Castells, 1977: 115).

Uma discussão teórica acerca dos princípios marxistas que orientam o estudo da gentrificação não poderá menosprezar uma reflexão cara aos geógrafos radicais ao nível das categorias centrais associadas ao pensamento geográfico, como é a produção social do espaço e a relação sociedade-espaço. O conceito de produção social do espaço fica a dever-se à obra de referência de Henri Lefebvre (1974), cujo contributo influenciou de forma determinante o universo teórico marxista e a produção científica da teoria social, incluindo a dos geógrafos David Harvey, Allen Scott e Edward Soja, entre muitos outros. O enfoque de Lefebvre visa menos ao processo de produção e mais à reprodução das relações sociais de produção que, diz o autor, constituiu o processo central e oculto da sociedade capitalista. E este processo é essencialmente espacial. A produção das relações sociais de produção não ocorre somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, de acordo com Lefebvre, mas no espaço como um todo. As relações espaciais são geradas logicamente, mas tornam-se dialectizadas através da actividade humana no espaço e sobre ele. A produção do espaço urbano é desenvolvida aqui, dentro da perspectiva aberta pelo materialismo dialéctico. Ao propor a dialéctica socio-espacial, Richard Peet (1978) e Edward Soja (1980) têm apoiado, aperfeiçoado e desenvolvido as ideias básicas da visão lefebvriana.

O espaço urbano não é imutável. Tal como o sistema económico e social, ele transforma-se, pelo que as suas estruturas materiais e a organização mudam de feição. O sistema produtivo resulta da articulação dos elementos de produção,

consumo, circulação ou distribuição e gestão. Todos estes elementos estão relacionados entre si e modelam o espaço, não só porque se realizam mediante estruturas localizadas, mas também pelas relações que mantêm, e que se articulam no espaço geográfico. Assim, as modificações na produção e apropriação do espaço urbano estão sempre associadas às dinâmicas globais da economia, isto é, ao modo de produção capitalista subjacente, funcionando, em simultâneo, como uma forma de expressão espacial destas (talvez a mais importante e visível) e, também, como um dos meios que possibilitam a sua sustentação. Portanto, o espaço não é uma entidade neutra, vazia de conteúdo social. Cada sociedade produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação, expressando a sua função social, pelas formas através das quais o ser humano se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso (Carlos, 1994). É o princípio do espaço como categoria social real, o espaço-resultado, construído e em construção, o espaço real como demarcação de práticas sociais precisas, realidade que não prescinde, em hipótese alguma, da vitalidade histórica que lhe é impressa por uma sociedade concreta (Moraes e Messias da Costa, 1987).

Neil Smith (1986), o geógrafo urbano que se dedicou grande parte da sua carreira ao estudo da gentrificação, destaca nos seus textos uma clara perspectiva marxista pelo facto de, transversalmente aos argumentos que apresenta, sobrevalorizar com muita relevância a relação espaço-sociedade, a partir do desenvolvimento do conceito de modo de produção. À semelhança de Lefebvre (1974), também Smith nos seus escritos defende que cada sociedade, cada modo de produção, produz um espaço dominante, que lhe é próprio e que se sobrepõe a todos os outros. O espaço social (urbano) é produto e produtor de relações de produção e de reprodução de uma dada sociedade. Reforça-se a componente social na consubstanciação da análise geográfica. O espaço é grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto directo da morfologia social hierarquizada e diferenciada, e cuja reprodução se encontra vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço.

Revisitar o conceito de espaço é, actualmente, fundamental. Primeiro porque as relações sociais de produção têm uma existência social enquanto existência espacial, isto é, projectam-se concretamente no espaço (Soja, 1989). Em segundo, porque o encurtamento das distâncias, associado a uma importante compressão espaço-temporal, decorrente do desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e transporte, estimula estratégias globais, sob o signo da reestruturação do sistema económico, no sentido de alterações na organização da produção assentes na desintegração vertical, fragmentação das linhas de montagem e desenvolvimento

de estratégias de subcontratação (Harvey, 1989). Estas alterações são, em última análise, responsáveis pelo processo de gentrificação, pois estimulam a desconcentração do capital produtivo do centro para a periferia e estão na base da formação do “rent gap”, como veremos adiante.

Nesta perspectiva, surge a necessidade de superação da noção de espaço como mero produto social, apenas como palco das relações sociais, ultrapassando a exterioridade que tal noção apresenta em relação à sociedade. O que, em última instância, Neil Smith argumenta como fio condutor dos seus estudos é que a gentrificação no espaço urbano central intervém na produção e organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo que determina as relações de produção é também, simultaneamente, produtora e produto, suporte das relações sociais e, portanto, tem um papel importante no processo de reprodução geral da sociedade. Tem-se, com efeito, uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial “fragmentada” e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Esta conclusão só pode ser válida para um autor que defende o conceito marxista de modo de produção e o inscreve na explicação que tece em torno da reestruturação do espaço urbano.

Assim, o paradigma da geografia marxista encontra-se presente na terminologia de Neil Smith quando este reconhece importância ao objectivo de identificar como as relações sociais entre classes, mediadas pelas estratégias residenciais encabeçadas pela gentrificação, variam no espaço urbano de forma a reproduzir e sustentar os modos de produção e consumo capitalistas e a ordem social estabelecida. O autor valoriza a possibilidade de se trabalhar uma relação sociedade-espaço, numa concepção que não crê num espaço sem as marcas da sociedade que historicamente se expressa em processos reais e mais complexos. Esta é a proposta desenvolvida por Smith (1986) e por Harvey (1987): descortinar as formas concretas que qualificam e determinam a relação sociedade-espaço na base da gentrificação e cuja historicidade a define como processo permanente de socialização do espaço urbano. Este mesmo processo segmenta-se em várias áreas centrais defendidas e controladas por determinados grupos sociais de maior poder socio-económico, definido e delimitado por relações de poder. Ainda a propósito da crítica que constrói em torno da promiscuidade gerada entre este tipo de relações de poder e o discurso de modernidade urbana associado à gentrificação, Smith (1986) aplica a metáfora do avanço da fronteira da colonização norte-americana do século XVIII sobre os territórios

já previamente ocupados pela população indígena e faz o paralelo com a situação actual de desalojamento (displacement) provocado pela gentrificação.

Neil Smith insere-se indubitavelmente na escola de pensamento marxista quando procura expor e denunciar as injustiças e desigualdades sociais decorrentes das bases económicas do funcionamento do modo de produção capitalista, reforçando a ideia de que as relações socio-espaciais estruturadas pela gentrificação são reguladas pelas estruturas capitalistas e que se enquadram como meios de reforçar e reproduzir a riqueza e o poder da classe dominante, por via da exploração do trabalho da classe dominada. A mediação introduzida no espaço residencial urbano pela gentrificação, enquanto estratégia residencial específica, detém uma responsabilidade grande no fabrico de determinados padrões de diferenciação social do espaço urbano que, em última análise, reforçam a segregação socio-espacial.

A gentrificação é, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade, como vimos no primeiro ponto. Vem despoletar um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, indiciando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vincada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços – tradicionalmente da classe operária/ popular – e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta – não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação socio-espacial, que na sua sequência parece aprofundar a divisão social do espaço urbano.

Smith (1996a, 2001, 2002) deixa claro que os projectos de regeneração urbana, que suportam a promoção ideológica da gentrificação, alimentam equívocos vários no que diz respeito às supostas intenções iniciais de reabilitação habitacional e integração/fixação da população de menor estatuto socio-económico já anteriormente residente nos bairros históricos alvo de intervenção. De resto, nesses contextos, o “filtering up” que a gentrificação pressupõe – pelo processo de substituição social que implica, de classes de menor estatuto socio-económico pelas de maior – faz antever o acentuar dos traços de segregação socio-espacial nas áreas onde o fenómeno tem lugar.

Nestes termos, ao mesmo tempo que produto social e meio, o espaço é também instrumento da acção, meio de controle, logo, de dominação e de poder, que produz simultaneamente uma hierarquia dos lugares centrada no processo de acumulação, uma (re) centralização do poder. Sendo assim, ao procurar uma análise que centralize a importância da relação dialéctica entre condições sociais diferenciadas no espaço urbano e estruturas económicas emergentes decorrentes da acumulação flexível, no

contexto de globalização económica, Neil Smith recorre a uma argumentação e reflexão tipicamente marxista na medida em que se preocupa em demonstrar que a sociedade se encontra estruturada com vista a permitir a perpetuação da produção de capital.

3. A GENTRIFICAÇÃO E A TEORIA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: O MOVIMENTO CÍCLICO DO CAPITAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO CONSTRUÍDO

Um pressuposto marxista marca transversalmente todos os pontos dos contributos dos estudos geográficos críticos da gentrificação: as relações espaciais e capitalistas estão articuladas dialecticamente. Se as necessidades de capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais manifestam-se nas necessidades de capital.

Todos os analistas urbanos marxistas que propõe estudos a partir deste princípio teórico concordariam com a ideia de que a análise da produção social do espaço requer uma crítica do processo de acumulação capitalista. A acumulação de capital – ou a produção de mais-valia – é a força que impulsiona a sociedade capitalista. Por sua própria natureza, a acumulação de capital necessita da expansão dos meios de produção, da expansão do tamanho da força de trabalho assalariada, da expansão da actividade de circulação na medida em que mais produtos se tornam mercadorias e da expansão do campo de controlo da classe capitalista dominante (Harvey, 1985).

A partir desta perspectiva, os teóricos da acumulação de capital explicam que os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. Na prática, os teóricos defensores desta tese ressaltam os aspectos estruturais desse processo e relacionam-nos com o desenvolvimento urbano. De todos os teóricos que trabalham neste veio, David Harvey e Allen J. Scott destacam-se pelas suas tentativas de apreender a natureza inter-relacionada do desenvolvimento capitalista e da forma espacial urbana. De motor de crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o investimento de capital. As contradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas por causa dos passos dados para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em todos os seus aspectos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo.

Este ponto introdutório obriga-nos a visitar a relação entre a produção do espaço construído e as crises no processo de acumulação de capital estudada por Harvey (1975, 1978, 1982, 1985, 1989, 1991). Este autor identifica três circuitos distintos de acumulação de capital. O circuito primário, que se refere à organização do próprio processo produtivo, por exemplo, com a aplicação de tecnologia e trabalho assalariado para produzir bens em troca de lucro. O circuito secundário, que implica investimento

no ambiente construído. Finalmente, o circuito terciário que diz respeito ao investimento em ciência e tecnologia e numa ampla gama de despesas sociais relacionadas, principalmente, com os processos de reprodução da força de trabalho. A competição entre capitalistas resulta em super acumulação. No total é produzido capital em demasia, comparativamente à existência de oportunidades para empregar esse capital. Uma solução temporária para esse problema é uma mudança do fluxo de capital para outros circuitos. Quando isso é feito em relação ao circuito secundário, temos a produção do ambiente construído. Por conseguinte, na perspectiva de Harvey, o montante periódico de investimento e a consequente valorização do ambiente construído estão claramente indicados nos ritmos cíclicos do processo de investimento de capital no espaço.

A dinâmica dos ciclos de investimento e desinvestimento do capitalismo explica os estágios na construção do ambiente construído. Barata Salgueiro (1994: 91) sintetiza da seguinte forma:

“Do ponto de vista da circulação do capital, os “booms” imobiliários coincidem com a transferência do capital do circuito primário de acumulação (a esfera produtiva) para o circuito secundário (produção do ambiente construído) [...] em épocas de excesso de liquidez e problemas de acumulação registadas no processo produtivo”.

À luz deste princípio, Smith (1979a, 1979b, 1982, 1984, 1986, 1987, 1996a, 1996b) procura explicar a reestruturação do espaço urbano como um processo intimamente ligado à própria reestruturação da economia capitalista, mais precisamente, aos ciclos macroeconómicos de evolução irregular que marcam o desenvolvimento das sociedades de capitalismo avançado. Segundo o autor, e à semelhança do pensamento de Harvey, o desenvolvimento do capitalismo resultou, em parte, na superprodução das comodidades geradas, o que provocou uma inevitável quebra dos lucros no domínio da produção e, conseqüentemente, uma crise no seu interior. Deste modo, na sua concepção, esta crise do capitalismo só conseguiu ser atenuada e superada por intermédio de novas oportunidades e de novas formas de canalização do investimento para sectores que permitissem uma rápida e eficaz reprodução, designadamente, o imobiliário. Portanto, percebe-se que a partir do pós-guerra, o capital se tenha passado a dirigir preferencialmente para o sector da construção, em detrimento do sector tradicional da produção industrial, gerando importantes recomposições na expansão e organização espacial da forma urbana (Gottdiener, 1985).

O ambiente construído tornou-se o cenário de altos e baixos cíclicos no mercado imobiliário, com a existência paralela de deterioração e de superconstrução. Os dois fenómenos são produzidos pelo processo de construção na cidade sob relações sociais capitalistas e têm subjacente a ideia de que o crescimento urbano desigual é intrínseco à natureza capitalista de desenvolvimento. Inaugura-se, assim, um novo ciclo: o da valorização/desvalorização do espaço urbano nos mercados regionais de solo, com início do processo de suburbanização.

Os processos de suburbanização e emergência do “rent gap” são estudados por Neil Smith (1987) como predominantemente responsáveis pela forma como o processo de reestruturação urbana se apresenta nos dias de hoje. Isto porque o movimento de saída de capital para a periferia provoca uma alteração inversamente proporcional dos níveis de renda do solo dos próprios subúrbios e dos bairros centrais. Enquanto o valor do solo nos subúrbios aumenta significativamente com o crescimento de novas construções e infraestruturas, e com a consequente introdução nesses espaços de uma multiplicidade de actividades, o valor fundiário dos bairros centrais, ao invés, sofre uma progressiva diminuição, sendo cada vez menor a quantidade de capital canalizado e investido na manutenção, reparação e recuperação do parque habitacional destas áreas no interior das cidades.

Deste fenómeno resultou o que Neil Smith denominou de emergência do “rent gap” nos bairros centrais – acentua-se a diferença entre a actual renda capitalizada face ao presente uso do solo, e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização central. É precisamente o movimento de saída de capital para os subúrbios e o consequente surgimento do fenómeno “rent gap” no espaço urbano central que, segundo o autor, cria maiores oportunidades económicas para a reestruturação urbana dos bairros centrais e para o investimento público e privado, na reabilitação e recuperação do seu parque habitacional. Corresponde a um fenómeno de ocorrência quase universal em todas as cidades das sociedades de capitalismo avançado.

A conclusão lógica da aplicação do princípio “rent gap” decorre do princípio da análise urbana marxista de que o desenvolvimento espacial desigual e a desvalorização periódica do espaço construído (neste caso, as áreas históricas do centro da cidade que se vão degradando progressivamente) são “funcionais” e produzidos intencional e deliberadamente para garantir o futuro investimento de capital e a respectiva reprodução. Para cada “zona de crescimento” que representa uma área de intensa atracção de investimento (subúrbio), existe uma “zona de transição” (centro histórico), onde o capital fixo é desvalorizado antes que os especuladores tirem vantagem do redesenvolvimento. O desenvolvimento desigual é intensificado pela

necessidade funcionalista do processo de acumulação de capital em desvalorizar os seus investimentos passados, de forma a melhor se reproduzir por via de uma “destruição criativa”.

Deste modo, com a fase de suburbanização do capital e com os investimentos canalizados para a periferia, certos bairros centrais da cidade, sofrendo um processo de desinvestimento nas suas áreas, passaram a capitalizar significativamente abaixo o seu potencial valor de renda. Contudo, mais recentemente, a procura de localizações para um investimento seguro e lucrativo em áreas metropolitanas, e face a um solo suburbano já saturado e mais dispendioso em termos relativos, canalizou o capital público e privado para aquelas áreas subvalorizadas (atendendo à sua localização central), empreendendo-se acções (desde a reabilitação à simples especulação imobiliária) visando a obtenção de lucros através da diferença entre a renda capitalizada real e a potencial. Em suma, o processo de gentrificação resulta, em parte, do desenvolvimento irregular e flexível do mercado do solo urbano, integrando-se no processo de acumulação de capital.

4. A “CRISE” DO MARXISMO, A MORTE DA META-NARRATIVA E OS INDÍCIOS PÓS-MODERNOS

Poucas correntes académicas no seio da teoria social e espacial podem reivindicar uma continuidade, um crescimento e uma acumulação literária significativos ao longo de todo o século XX como o marxismo. São vários os sentidos em que se pode considerar Marx como um teórico social clássico típico. Mas aquele que diz mais respeito à análise social urbana refere-se aos conceitos-chave de modo de produção, de alienação e de luta de classes que tiveram uma enorme influência no desenvolvimento da teoria socio-espacial ao longo do passado século (Holton, 1996; Therborn, 1996). O marxismo fundou e ajudou a estabelecer uma rica e sofisticada tradição na geografia da dinâmica do modo de produção capitalista, centrada na discussão dos processos estruturais (que mais tarde seriam fundamentais como argumentos da produção social do espaço de Lefebvre, como vimos anteriormente), como a concentração monopolista, a expansão imperialista e o papel comprometido e regulador do Estado no planeamento urbano e na vida económica da cidade. Para além dos estudos urbanos, o marxismo teve ainda uma influência profunda na evolução do pensamento geográfico, quer na forma como se analisam os processos

de mudança histórica de longa duração nos territórios, quer nos estudos do desenvolvimento do Terceiro Mundo³.

Todavia, a partir da última década do século XX, a influência do marxismo tem vindo a diminuir. As causas disso são altamente complexas e, em grande medida, estão mais relacionadas com dinâmicas sociais contemporâneas do que com deficiências intelectuais intrínsecas à teoria marxista. Tais dinâmicas incluem a vigorosa permanência do capitalismo enquanto sistema social, o fracasso das sociedades socialistas e comunistas da Rússia e da Europa de Leste e as críticas ambientalistas que o Ocidente tem da Natureza enquanto domínio que deve ser totalmente manipulado e dominado⁴.

Tornam-se no final do século XX muito claras as limitações teóricas do marxismo enquanto paradigma dominante na geografia, em geral, e nos estudos urbanos, em particular. Primeiro. Nem Marx, nem a tradição subsequente de estudos marxistas conseguiram resolver o problema do dualismo da estrutura e da agência (agency). O estruturalismo enquanto paradigma assenta nalguns princípios gerais. O primeiro deriva do conceito de estrutura. Por “estrutura”, e segundo Braudel (1976) e aqui de forma simplificada, entende-se assim todos os sistemas englobantes das relações sociais que surgem como forças aparentemente externas, determinantes das vidas dos indivíduos. Ser estruturalista é privilegiar a procura dos invariantes, das permanências ou até das leis de organização da economia e da sociedade. Defende-se que existem estruturas estáveis que formam uma arquitectura que escapa à consciência dos sujeitos. Por isso também se afirma que é próprio das estruturas estarem escondidas, sob a superfície das coisas. O paralelismo destes princípios com o marxismo é muito evidente quando se faz referência à ideia de base e de superestrutura e às “estruturas internas e profundas”, ocultas por detrás do funcionamento visível do sistema capitalista. O binómio base-superestrutura, também conhecido por infra-estrutura e superestrutura de acordo com o conceito de modo de produção, representa um sólido princípio marxista, segundo o qual o todo social é constituído por dois grandes níveis ou instâncias: a técnico-económica (a base) e a político-ideológica (a superestrutura). A base é constituída pelo conjunto das forças produtivas⁵ e das relações de produção⁶, que formam os alicerces do edifício societal

³ Para mais desenvolvimentos sobre a influência da teoria marxista na evolução do pensamento geográfico ver: Quaini (1979); Peet (1975, 1998); Harvey (1981, 1984); Harvey e Scott (1989); Mattson (1978); Soja e Hadjimichalis (1979); Moraes (1987); Robinson (1998); Kitchin e Tate (2000).

⁴ Esta última dinâmica diz respeito a uma clara concepção marxista do “social” como domínio distinto da Natureza, um domínio progressivamente criado e expandido através da acção humana, por sobreposição ao do meio natural.

⁵ As forças de produção são constituídas pelos meios de produção (capitais, terras, matérias-primas, ferramentas e equipamentos), pelos métodos e técnicas de utilização e pelos trabalhadores, enfim tudo o que possa ser susceptível de ser usado para fins produtivos.

sobre os quais se ergue a superestrutura, composta, por sua vez, pela instância jurídico-política (o Direito, o Estado) e pela instância ideológica (ideias religiosas, morais, estético-artísticas). A base, alimentada pelas relações sociais de produção, constitui o fundamento da estruturação das diversas formações sociais e das componentes políticas e ideológicas da superestrutura (Lefebvre, 1947; Harnecker, 1971; Poulantzas, 1976; Althusser, 1985, 1986).

A problemática da relação “estrutura-agência” reflecte-se na geografia urbana marxista quando se privilegia uma análise estruturalista da gentrificação a partir das várias instituições sociais, políticas e económicas, concedendo pouco espaço para a acção humana activa do gentrifier. À semelhança dos restantes autores marxistas, os geógrafos filiados neste paradigma não conseguiram criar um referencial teórico da dinâmica espacial urbana como algo estruturalmente organizado e, simultaneamente, aberto a uma reconstrução activa por parte dos actores sociais. A gentrificação não é inteiramente produzida pela e da forma como os gentrifiers a desejam. A razão para tal reside no facto de que a acção humana dos novos moradores, como dos restantes actores sociais, se desenvolver no interior das relações sociais de produção que assumem o carácter de estruturas englobantes. Estas estruturas derivam da base material da vida social urbana e não de um qualquer domínio difuso de ideias e de valores. Na óptica de Neil Smith (1979a), e como vimos, a chave da explicação da gentrificação, e que é transversal a toda a sua obra académica, encontra-se nas mudanças registadas no modelo de acumulação de capital e no modo de produção capitalista na sua última fase mais tardia. Aplicado à produção do espaço urbano, este conceito não se refere só aos instrumentos técnicos de produção mas, especialmente, às relações sociais que dão origem a direitos diferenciais de propriedade privada para habitação na cidade centro, logo gerando segregação residencial. Esta posição de Smith foi altamente criticada por Hamnett (1991, 1992) que, como geógrafo humanista que é, alegou a necessidade de reconhecer um papel mais preponderante do gentrifier na produção socio-espacial do processo da gentrificação. Para tal este autor afirmou a riqueza metodológica subjacente à complementaridade de diferentes técnicas de análise e recolha de dados sobre o estilo de vida do “gentrifier”, a sua estrutura motivacional e comportamentos em termos de mobilidade residencial.

Ora, estas proposições sobre o comportamento humano associadas ao individualismo metodológico são rejeitadas por autores marxistas estruturalistas. A resposta de Smith (1992) ao raciocínio de Hamnett foi célere e incisiva. Os estruturalistas tendem a concentrar-se mais no meio que afecta os indivíduos e nas

⁶ As relações sociais de produção são constituídas pelo regime de propriedade dos meios de produção, pelas formas de repartição dos produtos e pela estrutura de classes.

estruturas que o condicionam, do que na sistematização do comportamento individual. Isto porque estruturalismo tenta transcender o indivíduo e avaliar a estrutura relacional do sistema, salientando que o sujeito não pode ser concebido fora do todo. A multiplicidade de influências e estruturas que o indivíduo encontra, bem como as condições sociais existentes, afectam o modo como se comporta e como toma decisões.

“O método estruturalista toma o “sistema” como o principal objecto de investigação. Argumenta-se que factos e comportamento não podem ser considerados isoladamente. As relações, o seu aparecimento e persistência constituem a ênfase nuclear do método estruturalista” (Chilcote e Chilcote, 1992: 113).

A posição assumida por Hamnett (1992) leva-nos ao segundo grande problema que afecta actualmente a análise crítica urbana, em particular, e o materialismo histórico marxista, em geral, e que reside no facto de se ter ido longe demais na afirmação da importância das bases materiais da sociedade, assentes no modo de produção e nas relações sociais de produção, reduzindo-se fortemente ao economicismo. Este problema faz-nos retomar o debate em torno do modelo base-superestrutura, no qual os aspectos religiosos, morais, políticos e estético-artisticos são vistos como uma superestrutura erguida sobre uma base material e por ela profundamente determinados. Torna-se evidente que a perspectiva teórica marxista apresenta uma tendência explicativa dominante dos fenómenos/ factos socio-espaciais em função dos interesses/ necessidades económicas que os determinam. O problema gerado pelo carácter unidimensional da interpretação materialista da causalidade reflectiu-se nas dificuldades que esta encontra em aceitar a possibilidade da recomposição da forma urbana puder apresentar uma pluralidade causal que lhe seja mais pertinente. Isto valeu aos teóricos urbanos marxistas o rótulo de “dogmáticos”, na leitura que fazem dos escritos de Marx.

Baudrillard (1975) defende, a favor deste rótulo, que a crítica marxista mais não faz do que reflectir, quer os pressupostos produtivistas do capitalismo ocidental, quer o discurso da economia política, fornecendo uma reflexão limitada que reproduz as raízes deste sistema, sem revelar preocupação por submeter as formas da produção e da representação (no domínio do estatuto do signo) a uma análise crítica. Limita-se a ler as complexas histórias das sociedades, que existem ou que já existiram, em termos de uma história dos modos de produção:

“Against the materialist postulate according to which the mode of production and the reproduction of social relations are subordinated to relations of material production, one can ask if it is not the production of social relations that determines the mode of material reproduction (the development of productive forces and relations of production). A genealogy of social relations shows many criteria of domination other than the private ownership of the means of production. Species, race, sex, age, language, culture, signs of either an anthropological or cultural type [...]. It is a simplistic hypothesis that makes them all “descendants” in the last instance of economic exploitation” (Baudrillard, 1975: 142).

Lefebvre (1977) reconhece que o dogmatismo simplificado evidente na redução da vida humana ao factor económico foi mesmo adoptado por certos marxistas em geral e que, ao se difundir, contribuiu não pouco para a influência do pensamento marxista, mas tendo também permitido críticas fáceis. O autor nota, contudo, que certas formas grosseiras de dogmatismo estão já ultrapassadas, mormente o determinismo económico. Porém, insiste em afirmar que o económico fornece a base e, portanto, os dados práticos e os limites de toda e qualquer acção humana social ou individual, embora isto suponha, precisamente, que a actividade humana não se reduza ao económico, mas que o ultrapasse constantemente. A economia política examina somente relações entre coisas (produtos, mercadorias, quantias de dinheiro). A sua crítica mostra que as verdadeiras relações, dissimuladas pelas relações entre as coisas, são relações entre homens vivos e actuantes. Mesmo assim, é atribuída uma importância explicativa bastante exagerada aos aspectos instrumentais e coercivos das estruturas económicas sobre a ordem social.

Uma razão pela qual os teóricos marxistas têm menosprezado os problemas de teor meramente social e cultural na explicação da gentrificação reside na sua predilecção por um modelo de acção socio-espacial baseado na satisfação instrumental do interesse individual e/ ou de classe. Diz-se instrumental, porque se refere a uma concepção das acções como meios para alcançar determinados fins económicos e não uma valorização destas em si e para si própria. Era comum na literatura dos estudos urbanos, até ao início dos anos 80, fazer-se referência que a produção da gentrificação só podia ser entendida com referência às relações sociais capitalistas de produção e à luta de classes e dos diferentes agentes urbanos pela apropriação diferenciada do espaço residencial urbano. Defendendo a premissa de que o espaço urbano é socialmente produzido, compreende-se a recentralização da classe burguesa como materialização territorial de uma estrutura social e modo de

produção que entendem o alojamento-mercadoria como objecto de especulação e elemento de reprodução da força de trabalho, geradora de mais-valia, logo, respondendo aos interesses da acumulação capitalista dos novos moradores, dos promotores imobiliários e das instituições financeiras.

Assim, os gentrifiers e a (s) classe (s) que os agrupa (m) agem instrumentalmente, com vista a realizar única e exclusivamente apenas interesses materiais, pelo que, na perspectiva da geografia urbana marxista, não se afigura necessária a referência a considerações baseadas nos valores e nas motivações que produzem o desejo de residência e apropriação dos bairros antigos da cidade centro. As tentativas dos marxistas urbanos para incluir estes elementos subjectivos no modelo instrumental e racional de mobilidade residencial só se faz através da noção de ideologia. Sendo esta entendida, de acordo com Althusser (1985), como um conjunto de crenças e representações, símbolos e sinais, normas e valores, correspondente a uma instância real, mas sempre derivada das condições materiais estabelecidas pelas relações sociais de produção. É destinada a legitimar interesses inerentes a uma classe dominante, à qual subentende-se neste caso, os gentrifiers estão unilateralmente associados. Estes detendo os meios de produção material até por assumir posições de relevo no que toca a sua categoria socio-profissional, possuem também os mecanismos e instrumentos de produção simbólico-ideológica (representações e discursos, signos e símbolos, condutas e atitudes), que aplicados ao factor habitação, justificam o seu *status-quo*, legitimando os seus interesses (Harvey, 1987; Bourdin, 1979). Reduzem a distinção social emprestada pela gentrificação ao estatuto de mais um instrumento coercivo do controlo ideológico de classe, excluindo a questão de saber se é possível os novos modelos de habitat transcenderem o poder e determinismo da classe social.

Esta explicação impossibilita os geógrafos urbanos de responderem à principal questão que as versões críticas da teoria socio-espacial enfrentam, nomeadamente a incapacidade de enquadrar e encaixar os desenvolvimentos recentes e inovadores que provêm da atenção dedicada por muitos académicos aos estilos de vida. Estes prendem-se com práticas quotidianas e formas de consumo que envolvem escolhas particulares e identitárias muito diversificadas, em domínios tão díspares como a habitação, a alimentação, os usos do corpo, o vestuário, os hábitos de trabalho, o lazer, a religião, a arte, a organização do espaço e do tempo. Distintos e distintivos, com homologias e correspondências significativas a ligar as suas diversas componentes, os estilos de vida tendem a configurar-se de forma coerente e a exprimir as identidades pessoais e colectivas, fugindo um pouco à normatividade imposta pelo conceito de classe. A expansão dos mercados, a diferenciação urbana e

a complexificação da divisão social do trabalho multiplicaram as possibilidades de escolha oferecidas aos actores sociais. Este incremento das opções permite-lhes a adopção e a construção dos seus próprios estilos de vida, que se individualizam crescentemente e resguardam uma subjectividade que escapa à materialidade das práticas de classe social.

Importando estas importantes conclusões para a teoria urbana, isto não deixa de significar que as atitudes, os valores e os comportamentos dos gentrifiers não tendam a configurar-se segundo padrões consistentes e adaptados à sua condição e modo de articulação com a estrutura social mais vasta. Aliás, o conceito de habitus de Pierre Bourdieu (1979) assume nesta discussão um papel fulcral, revelando a vontade deste reconhecido sociólogo de elucidar o modo como as práticas e as escolhas quotidianas dos indivíduos se ajustam às suas condições de existência, designadamente, às suas posições e trajectórias sociais. Enquanto sistema durável, aberto e dinâmico de esquemas e disposições interdependentes, o habitus incorpora as estruturas condicionantes e molda as rotinas e os estilos de vida dos indivíduos. Estes, por seu turno, tendem a reforçar e reproduzir as ditas estruturas, pelo que a estratificação dos estilos de vida se faz sempre consoante as classes sociais.

Perante este impasse teórico, caberá a Max Weber, como em muitos outros aspectos, rasgar horizontes. Ligando os estilos de vida aos grupos de status e enquadrando-os principalmente ao nível do consumo, Weber (1993) argumenta que poder-se-á, aqui numa simplificação abusiva, defender que as classes se organizam segundo as relações de produção e de aquisição de bens, e os status segundo os princípios do seu consumo de bens sob diversas formas específicas do seu estilo de vida. Embora condicionados pela situação social e respectivas possibilidades de vida dos actores, derivados das estruturas englobantes, os estilos de vida resultam das suas escolhas, o que prova a prevalência de um espaço considerável de liberdade de acção (Gonçalves, 2002). Ocorre aqui, como noutros momentos da história das ciências sociais uma mudança na maneira de ver a relação entre o indivíduo e a estrutura económica e social. Esta é agora concebida menos em termos do impacto regulador de uma realidade externa sobre o indivíduo, deixando de se vista simplesmente como uma obrigação externa, para passar, doravante, a contribuir para acções que são desejadas e apetecidas.

Giddens (1994) retoma esta ênfase na subjectividade e do seu papel da definição do jogo do espaço social, diagnosticando uma autêntica explosão das opções de vida numa sociedade cada vez mais dinâmica e complexa, como é a actual. As transformações decorrentes da compressão espacio-temporal (teorizada por Harvey, em 1989), acopladas com a descontextualização dos sistemas sociais, a que se

associa ainda a dispersão e diluição dos centros de autoridade, promovem a mudança rápida, a abertura da vida social e a pluralidade de enquadramentos para os estilos de vida da modernidade avançada. Apesar de existirem estilos de vida que são próprios de determinados grupos ou estratos sociais, os que existem adquirem relevo, como nunca, tanto na definição das práticas diárias, como na construção das identidades pessoais, que não são, doravante, afectas apenas à classe social, mas quotidianamente recriadas pelas práticas e opções diárias dos indivíduos. A composição da identidade social apela cada vez mais à apropriação de um estilo de vida construído de forma reflexiva.

5. DAS MARGENS PARA O CENTRO: A CONDIÇÃO URBANA PÓS-MODERNA, A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DESCENTRAÇÃO POLIÉDRICA DO GENTRIER

É vasta a literatura científica que acumula contribuições válidas em considerar a questão da pós-modernidade uma problemática relevante no discurso social, económico, cultural político e epistemológico⁷. A pós-modernidade não só como uma condição social, económica e política contemporânea, mas também, e sobretudo, como forma de reflexão e de resposta à acumulação de indícios sobre os limites e as limitações da modernidade. A pós-modernidade como condição indispensável de discussão das dúvidas, das incertezas e das ansiedades que parecem cada vez mais ser o corolário de uma modernidade inacabada. A obra lapidar de Boaventura de Sousa Santos demonstra que a ciência moderna se encontra mergulhada numa profunda crise e que experimentamos uma época de transição paradigmática entre o paradigma da modernidade e um novo paradigma, de cuja emergência se vão acumulando sinais evidentes, e a que, na falta de melhor designação, apelamos de pós-modernidade.

Um dos primeiros pontos, senão o primeiro, que importa discutir a respeito da pós-modernidade é o de saber não só “o que significa”, mas também, e sobretudo, em caso de significar algo, “qual o sentido daquilo que significa” (o que se pressupõe ser diferente daquilo que é designado por outros conceitos e/ ou paradigmas). O prefixo “pós”, se é certo que pretende expressar, antes de mais, uma resposta à modernidade, quer como uma oposição/ruptura, quer como sua continuidade diferenciada, também remete, numa primeira abordagem, para um certo esgotamento

⁷ Ver referências fundamentais da literatura científica dedicada à pós-modernidade e com influência na Geografia: Lyotard (1989); Sousa Santos (1987, 1988a, 1988b, 1989, 1994, 1996, 2000); Harvey (1989, 1996); Dear, (1988, 1996, 1997, 2000, 2001) Cloke, Philo e Sadler (1991); Featherstone (1990); Kitchin e Tate (2000); Peet (1998); Robinson (1998); Benko e Strohmayr (1997); Vattimo (1987, 1992), entre outros.

das taxinomias. Assim sendo, importa investigar se se pode mesmo falar da pós-modernidade como um novo paradigma (ou não-paradigma) e, em caso afirmativo, em que consiste e como conceber os seus princípios teóricos. Não é esse o objectivo do presente artigo.

Não obstante as críticas aos excessos do discurso pós-moderno, o estudo do seu pensamento afigura-se indispensável, pois se ainda que o debate teórico que originou, repercutiu um escasso eco na geografia enquanto ciência espacial, a verdade é que as suas perspectivas de compreender o mundo e a ciência modificaram as coordenadas de orientação da cultura ocidental. Interessa-nos, todavia, e acima de tudo, produzir uma breve reflexão em torno do enfoque incontestável de interesse com que a pós-modernidade tem vindo a presentear a política da diferença, das “margens”⁸, do consumo cultural e dos novos estilos de vida urbanos que marcam a paisagem da cidade contemporânea, a identidade “descentrada” do gentrifier e uma produção do espaço urbano fragmentado.

Ao longo do último quarto de século têm surgido reflexões pertinentes de que as cidades do mundo ocidental ingressaram numa nova era da sua história. Essas ideias sugerem que, conquanto ainda sejam cidades produzidas por uma sociedade moderna, elas passaram por mudanças de tal alcance que não podem ser mais aceites pelas velhas designações, nem estudadas no contexto das teorias urbanas convencionais. Em resultado de todo um conjunto de transformações relacionadas com a reestruturação económica global e a compressão espacio-temporal propiciada pelas melhorias significativas nos transportes e pelas novas tecnologias da comunicação, as cidades de maior dimensão das sociedades capitalistas do mundo contemporâneo têm registado alterações profundas em vários domínios fundamentais da vida urbana: na base económica, na composição socio-cultural, na estrutura urbana, na política e gestão, entre outros. É já seguramente consensual para um número crescente de autores que se assiste, nas últimas décadas, à formação de um novo tipo de cidade que, por comodidade e na falta de melhor expressão, se designa de “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “pós-fordista”. Termos adoptados que devem bastante às teses visionárias de Daniel Bell (1973) e Alvin Toffler (1970, 1981). E se é certo que a emergência da cidade pós-moderna do capitalismo tardio não anula, por substituição automática, a cidade moderna do capitalismo industrial, a verdade é que

⁸ “A [posmodern] [...] theory must be built upon an epistemological openness and flexibility that are suspicious of any attempt to formalize a single, totalizing, way of knowing, no matter how progressive it may appear to be. [...] It must make this openness a means of understanding ambiguity, fragmentation, multiplicity and difference, for these are the material social realities of the contemporary world. This means not only tolerating difference but encouraging what can be described as *the disordering of difference* (as opposed to the modernist search for order and stability)” (Soja, 1997: 245-246).

as manifestações da transição não deixam margem para grandes dúvidas no esboço de uma nova forma de organização do espaço urbano.

A reestruturação da base económica está associada a uma progressiva desindustrialização dos espaços urbanos e ao incremento da presença de actividades terciárias, factores que influenciam decisivamente a estrutura funcional das cidades e que redefinem a sua funcionalidade interna, já que se acelera o processo de substituição dos espaços de produção pelos de serviços e de lazer. De facto, assiste-se a uma profunda transformação da funcionalidade da cidade moderna, a qual assentava na componente da produção. A transição da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna é caracterizada, entre muitos outros aspectos, por importantes alterações nos domínios demográfico e socio-cultural – alterações na estrutura e composição da família (crescimento do número de isolados, aumento das uniões de facto e de casais sem filhos), crescente participação da mulher na esfera produtiva, acesso ao ensino, democratização da educação, entre outros (Dansereau e Choko, 1988; Ley et al., 1986). Todos estes factores vêm igualmente contribuir para a profunda alteração da estrutura social e dos padrões, condutas e estilos de vida a estas associados, nomeadamente, ao nível dos padrões de escolha, de (p)referência ao habitat (Pellegrino, 1994; Pellegrino et al., 1994).

Como já foi referido anteriormente, o processo de gentrificação contextualiza-se no seio de uma ampla recomposição sócio-demográfica, traduzindo-se na constituição de uma suposta “nova classe média” que se diferencia da classe média tradicional (Ley, 1994, 1996; Butler, 1997). Os seus membros ocupam lugares em profissões tradicionais que tendem a crescer e em novas profissões ao nível de actividades ligadas ao que Bourdieu (1989) apelidou de “produção simbólica”. São os intermediários culturais, ligados às indústrias culturais, às artes, à publicidade, ao “design”, à moda, à cultura, imagem e “marketing”, arquitectura e decoração, entre outras.

A afirmação destas categorias sociais acompanha os sinais de reconfiguração da estrutura económica e social da cidade, na transição entre a modernidade e a pós-modernidade, desencadeada pelo processo de reestruturação económica, por meio do qual actividades e aspectos anteriormente periféricos, sofrem um movimento de (re) centralização – “das margens para o centro”, no entendimento de O’Connor e Wynne (1996) – passando a assumir uma maior centralidade nas preocupações do urbanismo. A gentrificação assiste ao surgimento de um novo contexto de valorização da urbanidade segundo moldes e formas culturais (Davis, 1985) que consolidam uma cultura hedonista permissiva que acompanha a pós-modernidade e se reflecte no espaço da cidade através da emergência de novos produtos imobiliários que

configuram os lugares urbanos sob o signo do imagético e do “valor-signo”, ou seja, do simbólico. O que efectivamente está em causa nas mudanças com diversos níveis de registo na paisagem urbana da cidade é o facto de se estar a configurar um deslocamento progressivo da leitura e ênfase imagética mais económica e funcional das metrópoles (baseadas até então no processo produtivo), para um centramento em torno de um registo mais estético, simbólico e cultural (baseadas actualmente no processo de consumo). A organização socio-económica contemporânea, e respectivas manifestações no comportamento dos indivíduos e dos grupos sociais, tem-se definido cada vez mais à luz do privilégio conferido ao consumo, de tal maneira que se pode mesmo falar em sociedade e cultura de consumo (Baudrillard, 1970; Featherstone, 1991).

No caso dos estudos urbanos, estes conceitos têm sido aplicados à transição no sentido de uma condição pós-moderna em geral (Dear, 2000, 2001; Ellin, 1996) e dizem respeito ao papel preponderante que o consumo detém no processo de identificação e mediação sociais e nos novos padrões de uso do tempo/ espaço. Também na teoria social contemporânea tem sido dada proeminência ao consumo cultural e à cultura do consumo, associada aos argumentos expostos por Jameson (1984), no sentido das últimas transformações sociais causadas pelo consumismo terem resultado numa expansão maciça do campo cultural. Este movimento não é de todo alheia a emergência de campos e sub-campos científicos explicitamente transdisciplinares como os do cultural studies, coincidindo também com um enfoque substantivo no papel da linguagem e do discurso na constituição e na mediação da realidade socio-espacial da gentrificação. Estas abordagens tiveram muito em comum com o que veio a ser conhecido, na filosofia e na teoria literária, e na sequência do trabalho de Derrida, por desconstrução. Esta orientação metodológica desencadeou trabalhos empíricos que, em complemento das abordagens estruturalistas dedutivas mais legitimadas, passam a valorizar os métodos “qualitativos” ou “informais” de investigação. É o caso de práticas longamente estabelecidas como o trabalho de campo etnográfico, observação participante, complementadas pela análise de conteúdo e pela história biográfica. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Mills (1993) e de Caulfield (1994), que dão voz aos gentrifiers e aos promotores imobiliários.

A deslegitimação pós-moderna do discurso do poder unificador, totalizante e legitimante das grandes narrativas modernas, concorre para a abertura epistemológica à pluralidade de códigos culturais e àquilo que é “acentrado”/ marginal/ diferente. Aquelas orientações metodológicas denunciam, claramente, o discurso relativista, contextual e local associado à pós-modernidade. Este último é profundamente alicerçado na ideia de “morte da meta-narrativa moderna”. Obra de referência para os

autores pós-modernos, “A Condição Pós-Moderna” de Jean-François Lyotard (1989) encerra de forma excelente o argumento de que a pós-modernidade corresponde à crise das meta-narrativas. A ciência pós-moderna como recusa da meta-narrativa proposta por todos os outros paradigmas (incluindo o marxismo), os regimes de verdades singulares da modernidade. Simplificando, a perspectiva pós-moderna a nível epistemológico pode-se considerar como a incredulidade em relação às meta-narrativas, ao desuso do dispositivo meta-narrativo de legitimação da ciência e que corresponde especialmente à crise da filosofia metafísica e da instituição universitária que dela depende. A pós-modernidade enquanto paradigma (ou melhor não-paradigma) assenta num descrédito generalizado no próprio conceito de paradigma, isto é, no círculo perfeitamente fechado dos factos e das interpretações da realidade, com vista ao atingir de uma verdade unitária e totalizante. A existência de uma grande narrativa global, um regime de verdade totalizante e único, uma perspectiva cuja abrangência explicativa abarque a realidade inteira, configura-se como tarefa impossível, verdadeiramente ilusória e até pouco científica. A concepção desconstrutivista e perspectivista da pós-modernidade opõe à ideia de uma realidade simples, cognoscível (passiva e passível de conhecimento total e absoluto) e perfeitamente objectiva, a noção de múltiplas realidades, tantas quantas os indivíduos existentes que as concebam. Existem tantas realidades e “verdades” quantos os pontos de vista e as interpretações realizadas.

A hipótese de trabalho de Lyotard (1989) é a de que o saber muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na era dita pós-industrial e as culturas na era dita pós-moderna. A pós-modernidade critica o discurso de legitimação da ciência moderna, isto é, o seu meta-discurso que recorre explicitamente a uma dada narrativa, em que todo o enunciado científico está submetido necessariamente à regra de que deve prescrever um conjunto de condições de consistência interna e verificação experimental para que possa fazer parte do discurso científico e possa ser tomado em consideração pela comunidade científica. Um dado enunciado não requer forçosamente um valor de verdade aceitável apenas se se inscrever na perspectiva de uma unanimidade possível dos espíritos racionais. Todo o texto pós-moderno deve ser entendido como um escrito de circunstância. Todas as interpretações da realidade são válidas dependendo apenas do contexto em que são convocadas. Esta é, com efeito, a grande ideia de deslegitimação inerente a toda a perspectiva pós-moderna: o declínio do poder unificador e legitimante das grandes narrativas modernas. A quebra da cadeia de significações que se seguiu ao colapso dos referentes e à crise de representações com ele associada, apontam para a pós-modernidade como uma forma de reflexão e de resposta à acumulação de indícios sobre as dúvidas, as

incertezas e as ansiedades da modernidade. A pós-modernidade como uma modernidade mais modesta, um sinal de que esta acabou por reconhecer os seus limites e limitações.

Indissociável da cultura de consumo e da emergência e crescimento de actividades de produção simbólica encontra-se também a afirmação de uma tendência de estetização da vida social. Esta pode ser entendida em vários sentidos. Em primeiro lugar, o do “apagamento” ou transgressão dos limites entre a arte e a vida social. É a ideia de que tudo pode ser arte e de que a arte pode estar embutida em todo e qualquer objecto, manifestação, comportamento, incluindo na trivialidade da vida quotidiana. Em segundo lugar, a estetização da vida social pode ser entendida como o projecto de tornar a vida uma obra de arte – salientem-se as figuras do dandy, do flâneur, personificações do estilo de vida boémio e que privilegia as sensações e as experiências de vida na produção do entendimento da realidade social. Algo que está geralmente associado ao perfil social do gentrifier (Bourdin, 1979, 1980; Bowler e McBurney, 1991; Mills, 1993).

Por último, a estetização da vida social pode referir-se ainda ao rápido fluxo de signos e imagens que saturam a textura da vida quotidiana. É o facto de o signo ter assumido uma importância e ubiquidade muito fortes e o modo como a realidade passou a ser concebida, como uma relação confusa entre significantes e significados, onde se torna cada vez mais difícil estabelecer a distinção entre os objectos/ bens/ serviços, ou seja, entre a componente material e a imaterial, isto é, entre o valor de uso e o valor-signo, sendo que o primeiro sai desvalorizado em detrimento das imagens e representações que o último evoca. O que aconteceu foi que a produção estética actual se integrou na produção de mercadorias em geral (Jameson, 1984). Digamos que por estetização da sociedade deverá entender-se a reintrodução no domínio sócio-económico de categorias do mundo artístico que eram anteriormente consideradas como estando “fora”, “à parte”, ou “acima” da vida quotidiana. A arte é cada vez menos um tema de acesso restrito e a “vida de artista”, conotada por vezes com a boémia e o “descontrole”, ela própria cada vez menos avaliada negativamente. Pelo contrário, progressivamente valorizada, é fonte de referências a incorporar na estilização da vida de públicos sociais e de espaços urbanos cada vez mais abrangentes (Featherstone, 1991; Zukin, 1982, 1989; Podmore, 1998).

São estes dois fenómenos descritos de forma sintética – cultura de consumo e estetização da vida social – que estão na base da afirmação de uma “nova classe média” na reconfiguração das cidades centrais e, por conseguinte, na valorização de novos produtos imobiliários que nestas se começa a encontrar. Para além dos “intermediários culturais”, aquele novo grupo social diz também respeito a profissões

científicas e técnicas relacionadas com a educação, a formação profissional e o meio académico.

De qualquer maneira, a gentrificação é sempre, por definição, um processo de “filtragem social” da cidade. Vem despoletar um processo de recomposição social importante em bairros antigos das cidades, indiciando um processo que opera no mercado de habitação, de forma mais vincada e concreta nas habitações em estado de degradação dos bairros tradicionalmente populares. Correspondendo à recomposição (e substituição) social desses espaços e à sua transformação em bairros de classes média, média-alta, não se pode deixar de referir, por conhecimento deste processo de “substituição social”, o reforço da segregação socio-espacial na sua sequência, aprofundando a divisão social do espaço urbano. A verdade é que a apropriação pontual do espaço, característica da gentrificação, introduz mudanças na escala da segregação socio-residencial produzida. Esta far-se-á, doravante, e contrariamente ao que acontecia na cidade moderna, a uma escala micro de maior complexidade, baralhando o primórdio da divisão social da cidade em manchas homogêneas, inerente ao princípio de zonamento funcional associado à cidade industrial.

Assim, quando se assiste à emergência de empreendimentos destinados à habitação de grupos de estatuto sócio-económico mais elevado em bairros históricos de características essencialmente populares, verdadeiros enclaves de luxo no seio de áreas de residência de classes baixas, facilmente se conclui que a gentrificação é um exemplo de uma nova organização do espaço urbano, reforçando uma estrutura fragmentada, típica da cidade pós-moderna. Por fragmentação do território deve entender-se “uma organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socio-espacial que os cerca» (Barata Salgueiro, 1998: 225). A autora faz notar que o que define o enclave não é tanto a sua dimensão (que se podia pressupor reduzida), mas o tipo de relação (ou melhor a não-relação) com as áreas envolventes que lhe são contíguas em termos territoriais, porém, desprovidas de continuidade social e funcional. O processo de gentrificação que ocorre nas cidades centro de várias metrópoles do mundo de capitalismo avançado aparenta, assim, corroborar a tese, advogada por Teresa Barata Salgueiro nos seus estudos mais recentes (1997, 1998, 1999, 2001), da cidade pós-moderna, enquanto espaço fragmentado. A cidade compacta, de limites precisos, cujo centro evidencia uma relativa homogeneidade social, estilhaça-se num conjunto de fragmentos distintos onde os efeitos de coesão, de continuidade e de legibilidade urbanística, dão lugar a formações territoriais mais complexas, territorialmente

descontínuas e sócio e espacialmente enclavadas (Clark, 2000; Dematteis, 2001; Graham e Marvin, 2001).

As implantações dos projectos imobiliários dirigidos aos gentrifiers apresentam um carácter pontual, introduzindo uma diferença brusca em relação ao tecido social envolvente. A estrutura urbana que promovem, caracteriza-se pela emergência de enclaves que são dissonantes no seio de um de tecido com uma certa homogeneidade socio-espacial. Digamos que existe contiguidade espacial, mas não continuidade social e funcional, pelo que predomina a dessolidarização do entorno próximo, pois os novos moradores e as actividades em que participam, produzem-se cada vez mais em redes de relações. Cada gentrifier constrói assim uma rede de ligações sociais transversal aos vários espaços de residência, pelo que os laços fortes de solidariedade e de amizade tendem a ultrapassar a geografia do bairro.

Na cidade pós-industrial assiste-se a uma gradual perda de importância do factor “proximidade territorial” na estruturação das relações sociais. De facto, o “próximo” deixa de ser o “mesmo”. As relações sociais dos novos moradores estão cada vez menos focalizadas no espaço do bairro e nos vizinhos. Cada indivíduo pode combinar à sua maneira a relação de proximidade e a relação de distância, numa diversificação profusa de relações com os mais diversos círculos sociais (Remy, 2002; Navez-Bouchanine, 2002; Bourdin, 2002; Miguel do Carmo, 2006). Isto graças, entre outros factores, às melhorias nos transportes e comunicações, que reestruturam o padrão das acessibilidades individuais, libertando muitas localizações dos constrangimentos da proximidade (Barata Salgueiro, 1998; Poche, 1998).

O problema da identidade moderna era o de como se construía uma identidade, mantendo-a sólida e estável. O problema da identidade pós-moderna é, em primeiro lugar, o de como evitar a fixação e manter as opções em aberto. No contexto da cidade pós-industrial, as diferentes apropriações do espaço derivam da agregação temporária e fluída, estabelecida entre as várias ligações sociais (Bauman, 1995, 2000, 2004) ou, dito de outro modo, decorrem da agregação das várias escolhas e vontades inter-individuais. As “velhas” identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio. Novas identidades surgiram, entretanto, deixando o indivíduo moderno fragmentado, subscrevendo trajectórias múltiplas e fluentes. A “crise de identidade” faz parte de um processo amplo de mudanças que, segundo Stuart Hall (2005), está a deslocar as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas e a abalar os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. A apropriação do espaço particulariza-se em função das diferentes ramificações que estruturam a vivência quotidiana do indivíduo, doravante, cada vez mais fragmentada (Miguel do Carmo, 2006).

Estes são os elementos centrais da celebração pós-moderna das dimensões fragmentadas e multidimensionais da experiência socio-espacial do gentrifier, indo de encontro à obra de Deleuze e Guattari, e também à de Lyotard, onde se sublinha o facto da experiência contemporânea ser uma de fragmentação, desordem e polivalência. Como veremos mais adiante, estes atributos estendem-se da identidade social ao território urbano. As geografias pós-modernas da gentrificação atacam a ontologia unidimensional imposta pelo estruturalismo, nomeadamente o ímpeto de controlo e de certeza que tenta categorizar o sujeito gentrifier como unificado e o seu perfil como perfeitamente tipificado.

Para Rose (1984), por exemplo, se é correcto traçar um esboço global quanto às pertenças dos protagonistas da gentrificação, importa referir algumas clivagens quanto às mesmas, devido a uma maior diversificação das práticas, valores e estilos de vida presentes. Importa considerar a possibilidade de existência de vários tipos de gentrifiers, de acordo com variáveis como: a fase do ciclo de vida que coincide com o momento de entrada no processo; a categoria socio-profissional; os rendimentos ou recursos económicos; e o “standard” da reabilitação efectuada na nova residência. A autora chama a atenção para o que designou de marginal gentrifier, franjas menos privilegiadas das novas classes médias e que apresentam uma significativa clivagem entre um capital escolar e cultural elevado e um baixo nível de capital económico. Exemplos frequentes são os dos jovens estudantes ou recém-licenciados na situação de sub-empregados ou empregados temporariamente em situação precária, mas que continuam a dar preferência às áreas centrais da cidade para fixar residência.

Tudo isto entronca na necessidade de compreensão das micro-unidades sociais, espaço de grupos restritos e de dinâmica social complexa, nomeadamente no que toca à constatação de uma assinalável heterogeneidade de comportamentos espaciais, sociais e culturais, que não se coaduna com uma classificação de classes sociais de perfil bem definido, tal como preconizado pela teoria marxista. A multipertença simultânea de cada indivíduo a diversos grupos com diferentes referências, mutável, além do mais, em função dos ciclos de vida, confere uma componente camaleónica ao modo de vida urbano típico do gentrifier ou de qualquer urbanita, donde advém uma aparência caótica e uma dificuldade acrescida de operacionalização de categorias metodológicas capazes de detectar as práticas (Beauregard, 1986).

A tradicional e bem definida correspondência entre dado estatuto socio-económico e consumo e práticas sociais, com disposição territorial em mancha homogénea contínua (típica da cidade industrial moderna), desmembrou-se, na medida em que a maior parte dos estatutos culturais actuais se encontram localizados em redes difusas,

cuja pertença deriva menos do local de residência, das relações familiares ou do meio socio-económico. Nos trabalhos de Deleuze e Guattari esta permeabilidade e contingência espaciais são expressas pela metáfora do rizoma, uma concepção pós-estruturalista de estrutura, em que as ligações são sempre (des) construídas a níveis diferentes e dentro de múltiplas ordens de escalas territoriais. É neste sentido que se afigura com bastante dificuldade construir um modelo genérico da apropriação social do espaço segundo a condição urbana pós-moderna, visto ser grande a heterogeneidade das formas de apropriação do espaço e do tempo em diferentes e justapostos contextos societários (Barata Salgueiro, 2002).

O desenvolvimento da sociedade de consumo disponibiliza um tal número de alternativas identitárias, que torna impossível de deduzir ou relacionar determinado tipo de práticas culturais à espacialidade a que está implicitamente associado determinado estatuto socio-económico do gentrifier. Pode-se dizer, no seguimento da proposta de Teresa Barata Salgueiro (1997), que se tende para uma apropriação pontual do território urbano, em detrimento da tradicional apropriação extensiva e em mancha de uma determinada zona. O território continua a participar na identificação dos indivíduos, contudo a apropriação é agora mais selectiva e feita a um nível micro, quando interdependências funcionais ou de interesses se sobrepõem à solidariedade de vizinhança e às dependências de proximidade, na base das relações sociais. Assume relevância o aumento da diversidade social associada a novos padrões de consumo, à pluralidade de estilos de vida que produzem novas e diversificadas procuras culturais. A gentrificação assiste, enquanto fenómeno de reestruturação urbana, a um aprofundamento de especificidades e particularismos sociais, que se reflectem numa crescente diferenciação das práticas sociais e culturais. Estas, por sua vez, espelham-se em espacialidades em rede, formando um tecido social complexo e difícil de decifrar. O movimento teórico no sentido da teorização das questões de pequena escala num contexto de forças mais amplas tem desviado o movimento de estudo das forças maiores produtoras da gentrificação. São os indícios de um espaço urbano mais diferenciado, fragmentado e poliédrico, que anunciam uma condição pós-moderna da vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das limitações marxistas, existe um reconhecido mérito por parte da comunidade científica das ciências sociais e humanas pela análise que os autores marxistas fazem de como o poder económico influencia a ordem social através dos mecanismos políticos e económicos, muitas vezes através de estruturas profundas. Porém, as respostas avançadas por este paradigma na análise urbana da

gentrificação apresentam duas falhas. A primeira é de que a acção socio-espacial dos gentrifiers tende a ser subordinada à estrutura económica. A segunda, e que deriva em parte da primeira, tem que ver com o facto destes autores privilegiarem uma abordagem causal unidimensional, insistindo em explicações de tipo materialista. É atribuída uma importância explicativa bastante exagerada aos aspectos instrumentais e coercivos das estruturas sobre a agência.

A teoria urbana de índole marxista é capaz de oferecer explicações convincentes acerca do efeito coactor das estruturas materiais, bem como das causas das desigualdades socio-espaciais produzidas pelo avanço da fronteira da gentrificação na paisagem urbana e dos conflitos que daí derivam, mas as suas explicações da estrutura repousam essencialmente em princípios utilitaristas e instrumentais que não permitem aos aspectos culturais e subjectivos da produção do espaço urbano ocupar uma posição mais regular nas análises realizadas. A visão marxista relaciona-se, desta feita, com um certo determinismo económico, sobrevalorizando a posição explicativa dos factores considerados económicos na evolução dos processos sociais, espaciais e políticos. Mesmo assim, ainda que seja verdade que certas formulações marxistas parecem conduzir a uma tentativa de explicar a mudança social e espacial por determinismos económicos e tecnológicos, uma análise mais atenta da produção literária neste domínio possibilita a verificação de que para os teóricos urbanos marxistas os movimentos de reestruturação urbana são explicados fundamentalmente pelas configurações que as trocas sociais assumem num determinado momento histórico. Assim, quer a cidade capitalista moderna, quer a pós-moderna, são ambas essencialmente modeladas pelas formas dominantes que o trabalho pode assumir e pela divisão social do espaço urbano que produz.

A maior parte dos autores da gentrificação ainda influenciados pelo marxismo admite que a superestrutura também influencia a infra-estrutura. A base, alimentada pelas relações sociais de produção e pelas forças produtivas, constitui o fundamento da estruturação das diversas formações sociais e das componentes ideológicas e políticas da superestrutura. Os factores políticos e ideológicos, embora mantenham uma relativa autonomia e detenham também uma capacidade de retorno sobre a economia, podendo até ser dominantes nalgumas formações sociais, são, contudo, determinados, em última instância, pela infra-estrutura. Esta posição, partindo do pressuposto materialista de que é a economia que determina a consciência social, quer na vertente política, quer na vertente ideológica, além de reforçada pelas considerações elaboradas de Althusser, encontra realmente alguma fundamentação nos escritos de Marx e Engels.

Na actualidade, todavia, não reúne unanimidade entre os marxistas, sendo mesmo de destacar que, por parte não só de críticos do marxismo, como também de alguns neomarxistas, se têm desenvolvido contributos que defendem que este determinismo deve ser ajustado tendo em conta a diversidade contemporânea de níveis de estruturação da produção socio-espacial, levando à necessidade de enveredar por abordagens pluricausais, para as quais o binómio base-superestrutura se encontra ultrapassado. É claro que os autores marxistas não desejam, acima de tudo, colocar uma ênfase tão simplista nos factores materiais, existindo mesmo um conjunto de teóricos ulteriores que, apesar de fortemente influenciados pelo paradigma marxista, rejeitam o excessivo determinismo do modelo base-superestrutura, afirmando que os dispositivos estruturais não explicam satisfatoriamente a produção do espaço urbano e da vida social por este mediada. É o caso de Manuel Castells, Allen Scott, Doreen Massey, Mark Gottdiener, David Harvey, Michael Dear, Edward Soja, entre outros.

No entanto, se o conceito de modo de produção é rejeitado, também não é claro o que surge no seu lugar. Se bem que a um nível mais epistemológico se tenham produzido importantes reflexões que defendem que a análise marxista deve implicar uma abordagem mais desprendida para com a noção de determinação material, a verdade é que o argumento perde pertinência se não se souber com que regularidade e graus aquela se manifesta. Perante este impasse conceptual, defende-se nas ciências sociais e humanas o “cultural turn”, de que o “político” e o “cultural” são relativamente autónomos, o que acaba por conduzir as investigações a problemas de indeterminação.

A crítica ao marxismo deixa as ciências socio-espaciais num impasse teórico que é ainda mais agravado pela “crise de paradigma”. É, por conseguinte, nesta ideia de desconstrução dos programas sintacticamente arrumados e hierarquizados dos “grandes códigos” totalizantes ou “grandes narrativas”, na terminologia de Lyotard (1989), que se constrói a filosofia da condição pós-moderna, também encabeçada por este autor e Gianni Vattimo (1987, 1992). O processo de conhecimento, referem estes teóricos pós-modernos, já não se faz mais no âmbito de metanarrativas, onde, de modo evolucionista e monocentrado, a Geografia, à semelhança das restantes ciências, é revista como um todo, reflectindo certos princípios de organização e de transformação puramente ocidentais e, portanto, etnocêntricos. O que recentemente tem acontecido é uma gradativa diluição dos “grandes códigos” totalizantes em benefício da abertura à pluralidade de códigos e ao “acentrado”. Ao contrário da lógica da modernidade, baseada em códigos que Lyotard define como “grandes narrativas”, ideias ou valores globais que legitimam o poder e se destinam a toda a humanidade, tais como a ideia de progresso ou de emancipação progressiva do ser humano; a

ciência tornou-se num sistema aberto, campo criador dos seus princípios, nunca generalistas, mas sempre locais, nunca definitivos, mas sempre provisórios. É a questão do “antimodelo” da “pragmática científica”, baseado na sistemática aberta e tendo como princípio a diferença e não o consenso ou a norma, opondo-se, portanto, a quaisquer códigos universalizantes. O discurso sobre o conhecimento da gentrificação na condição pós-moderna enquadra-se na ausência de narrativas fundadoras que, por sua vez, remetem a discussão interdisciplinar de diversos saberes para o acontecer na prática da sua própria construção, que é social, localizado espacialmente e contextualizado historicamente. A constatação da emergência de descontinuidades no pensar da racionalidade enquanto crise da sua própria legitimação, a diluição da Geografia em múltiplas e legítimas geografias quotidianas e pessoais marca a necessidade de apostar num conhecimento da gentrificação mais próximo dos actores sociais que a protagonizam.

Em suma, a condição pós-moderna ao defender que a (s) verdade (s) apenas tem um carácter probabilístico, aproximativo e provisório, arrasta para a Geografia a noção da flexibilidade cultural com que o conhecimento deve ser interpretado. As ideias traçadas por este saber baseiam-se em posições culturais dinâmicas, flexíveis, não definitivas, em permanente estado de projecto e reconfiguração, não se excluindo a possibilidade de serem transitórias, de se configurarem como uma mera passagem para outras necessariamente diferentes e igualmente dignas de validade. Corroborase, assim, que todas as interpretações da gentrificação poderão ser válidas, não podendo afirmar-se que uma o é em total e absoluto, única e verdadeira. Essa é, afinal, a grande potencialidade epistemológica da pós-modernidade e a sua mais sedutora estratégia: extinguir a metanarrativa ao desconfiar da totalidade do modelo moderno e dos regimes singulares de verdade. É, simultaneamente, a sua maior fraqueza.

Persiste a incapacidade da condição pós-moderna se afirmar enquanto bloco teórico coerente e único, o que nos leva a considerar que a teoria socio-espacial pós-moderna se caracteriza mais pelas modas e pela fragmentação do que pelo crescimento contínuo. Ainda assim, em nada esta conclusão pareça contrariar o espírito pós-moderno, pois os movimentos críticos mais característicos têm sobretudo contestado “a grande teoria” ou as “grandes narrativas” modernas, afirmando o carácter necessariamente incompleto e fragmentado de todo o conhecimento, salientando a diversidade e a diferença de interpretações, por oposição a princípios universais e totalizadores. Não se estabeleceu, contudo, nenhum programa coerente e auto-sustentado de pesquisa, nem se conhece uma continuidade de trabalhos posteriores, embora tenham surgido contributos interessantes. Uma contradição fulcral

no pensamento pós-moderno subsiste. Se a modernidade é dominada pela ideia de esclarecimento progressivo e se define como a era da superação, então, a asserção de uma superação crítica da metafísica ocidental pela condição pós-moderna é uma contradição em si mesma. Não está disponível nenhum sistema alternativo de pensamento, nenhuma linguagem alternativa, que nos permita superar os erros da modernidade (Smart, 1992, 1993, 1996).

Em suma, o marxismo continua a fornecer uma base teórica sólida e pertinente na análise dos processos de mudança socio-espacial urbana. Parece hoje inegável que considerar as práticas individuais e sociais como simples reflexo de determinantes estruturais de uma sociedade é um mecanicismo que nada tem a ver com a dialéctica inerente à evolução dos processos espaciais. Se bem que as estruturas sejam preenchidas e activadas pelos indivíduos e pelos grupos sociais com motivações e interesses próprios, estes elementos não deixam, todavia, de ser condicionados pela organização socio-económica e por um modo de produção específico. Portanto, considerar as práticas sociais e individuais de forma atomizada e “desligadas” dos mecanismos estruturais que regem as formações socio-espaciais, é, no nosso entendimento, um postulado da ideologia liberal que reconhece no indivíduo um agente histórico autónomo, sem atender às forças materiais que não só estruturam a sociedade e o espaço, como também condicionam a acção dos agentes sociais.

Mas a este respeito é também cada vez mais evidente que nenhuma explicação da gentrificação é satisfatória se não incluir referências cruzadas, quer da tese da oferta, quer da do consumo. Além disso, nenhuma destas perspectivas consegue ser coerente e, por si só, dar resposta ao problema epistemológico colocado pela gentrificação nos estudos urbanos dos últimos 40 anos, sem aludir às dimensões explicativas e argumentos uma da outra (Lees, 1994; Phillips, 2005). O que também confirma que as velhas oposições entre holismo e individualismo, estrutura e agência, materialismo e idealismo, podem ser vistas como problemas quando abordadas em termos concretos e no âmbito de situações sociais específicas localizadas no tempo e no espaço. Este trabalho evidencia que um dos maiores desafios que se coloca actualmente aos estudos urbanos no âmbito do estudo da gentrificação reside, precisamente, em descobrir uma ponte analítica adequada entre as dinâmicas socio-espaciais micro/individuais, ou de pequena escala, e os seus efeitos/ causas estruturais, macro ou de grande escala.

Referências bibliográficas

- Althusser, L. (1985), *Aparelhos Ideológicos de Estado*. São Paulo: Edições Graal.
- Althusser, L. (1986), *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. São Paulo: Global Editora.
- Barata Salgueiro, T. (1994), "Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana", *Finisterra*, 29 (57), 79-101.
- Barata Salgueiro, T. (1997), "Lisboa: metrópole policêntrica e fragmentada", *Finisterra*, 32 (63), 179-190.
- Barata Salgueiro, T. (1998), "Cidade pós-moderna: espaço fragmentado", *Inforgo*, 12/13, 225-235.
- Barata Salgueiro, T. (1999), "Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano", *Inforgo*, 14, 65-76.
- Barata Salgueiro, T. (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta Editora.
- Barata Salgueiro, T., (2002), "Espacialidades e temporalidades nas áreas urbanas" in T. Barata Salgueiro (org.), *Olhares Sobre o Território e a Espacialidade*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 25-42.
- Baudrillard, J. (1970), *La Société de Consommation*. Paris: Éditions Plànete.
- Baudrillard, J. (1975), *The Mirror of Production*. St. Louis, Telos Press.
- Bauman, Z. (1995), *Life in Fragments. Essays in Postmodern Morality*. Oxford: Polity Press.
- Bauman, Z. (2000), *Liquid Modernity*. Oxford: Polity Press.
- Bauman, Z. (2004), *Identity (Conversations with Benedetto Vecchi)*. Oxford: Polity Press.
- Beauregard, R. (1986), "The chaos and complexity of gentrification", in N. Smith; P. Williams (ed.), *Gentrification of the City*. Londres: Allen & Unwin, 35-55.
- Bell, D. (1973), *The Coming of Post-Industrial Society*. Nova Iorque: Basic Books.
- Benko, G.; Strohmayer, U. (ed.) (1997), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris: Éditions Minuit.
- Bourdieu, P. (1989), *O Poder do Simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdin, A. (1979), "Restauration rehabilitation: l'ordre symbolique de l'espace neo-bourgeois", *Espaces et Societes*, 30/31, 15-35.
- Bourdin, A. (1980), "Réhabilitation des vieux quartiers et nouveaux modes de vie", *Recherches Sociologiques*, 11 (3), 259-275.
- Bowler, A.; McBurney, B. (1991), "Gentrification and the avant-garde in New York's East Village: the good, the bad and the ugly", *Theory, Culture & Society*, 8 (4), 49-77.
- Braudel, F. (1976), *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- Butler, T. (1997), *Gentrification and the Middle Classes*. Aldershot: Ashgate.
- Carlos, A. F. A. (1994), *A (Re) Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Castells, M. (1977), *The Urban Question*. Londres: Edward Arnold.

- Caulfield, J. (1994), *City Form and Everyday Life. Toronto's Gentrification and Critical Social Practice*. Toronto: University of Toronto Press.
- Chilcote, E. e Chilcote, R. (1992), "A crise do Marxismo: Apreciação de novas tendências", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 35, 95-123.
- Clark, W. (2000), "Monocentric to policentric: new urban forms and old paradigms", in G. Bridge; S. Watson (ed.), *A Companion to the City*. Oxford: Blackwell, 141-154.
- Cloke, P.; Philo, Ch. e Sadler, D. (1991), *Approaching Human Geography. An Introduction to Contemporary Theoretical Debates*. Londres: Paul Chapman Publishing.
- Dansereau, F. e Choko, M. (1988), "Revalorisation des centres urbains et nouveaux visages de l'accession a la proprieete au Canada", *Espaces et Societes*, 51, 21-34.
- Davis, M. (1985), "Urban renaissance and the spirit of postmodernism", *New Left Review*, 151, 106-113.
- Dear, M. (1988), "The postmodern challenge: reconstructing human geography", *Transactions of the Institute of British Geographers*. 13, 262-274.
- Dear, M. (1996), "The personal politics of postmodernity", in D. Crow (ed.), *Geography and Identity*. Washington D. C.: Maisonneuve Press.
- Dear, M. (1997), "Postmodern bloodlines", in G. Benko; U. Strohmayer (ed.), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 49-71.
- Dear, M. (2000), *The Postmodern Urban Condition*. Oxford: Blackwell.
- Dear, M. (2001), "The postmodern turn", in C. Minca (ed.), *Postmodern Geography. Theory and Praxis*. Oxford: Blackwell, 1-34.
- Dematteis, G. (2001), "Shifting cities", in C. Minca (ed.), *Postmodern Geography. Theory and Praxis*. Oxford: Blackwell, 113-128.
- Ellin, N. (1996), *Postmodern Urbanism*. Nova Iorque: Princeton Architectural Press.
- Featherstone, M. (1990), "Moderno e pós-moderno: definições e interpretações sociológicas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 8, 93-105.
- Featherstone, M. (1991), *Consumer Culture & Postmodernism*. Londres: Sage.
- Giddens, A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Gonçalves, A. (2002), "Estilos de Vida", in R. L. Maia (coord.), *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora, 141-143.
- Gottdiener, M. (1985), *The Social Production of Urban Space*. Austin: University of Texas Press.
- Graham, S.; Marvin, S. (2001), *Splintering Urbanism. Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*. Londres: Routledge.
- Hall, S., (2005), *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Hamnett, C. (1984), "Gentrification and residential location theory: a review and assessment", in D. Herbert; R. J. Johnston (ed.), *Geography and the Urban Environment: Progress in Research and Applications*. Nova Iorque: Wiley & Sons, 283-319.
- Hamnett, C. (1991), "The blind men and the elephant: the explanation of gentrification", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 16, 173-189.

- Hamnett, C. (1992), "Gentrifiers or lemmings? A response to Neil Smith", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17 (1), 116-119.
- Harnecker, M. (1971), *El Capital: Conceptos Fundamentales. Manual de Economía Política*. Santiago do Chile: Editorial Universitaria.
- Harvey, D. (1975), "The geography of capitalist accumulation: a reconstruction of marxian theory", *Antipode*, 7: 9-21.
- Harvey, D. (1978), "The urban process under capitalism", *International Journal of Urban and Regional Research*, 2, 101-131.
- Harvey, D. (1981), "Marxist Geography", in R. J. Johnston (ed.), *The Dictionary of Human Geography*. Kent: Whitstable, 209-212.
- Harvey, D. (1982), *The Limits to Capital*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1984), "On the history and present condition of geography: an historical materialist manifesto", *Professional Geographer*, 36, 1-11.
- Harvey, D. (1985), *The Urbanization of Capital*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, D. (1987), "Flexible accumulation through urbanization: reflections on "post-modernism" in the american city", *Antipode*, 19 (3), 260-286.
- Harvey, D. (1989), *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, Blackwell.
- Harvey, D.; Scott, A. (1989), "The practice of human geography: theory and empirical specificity in the transition from fordism to flexible accumulation", in B. Macmillan (ed.), *Remodelling Geography*. Oxford: Blackwell, 217-229.
- Harvey, D. (1991), "The urban face of capitalism", in J. Hunt (ed.), *Our Changing Cities*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Harvey, D. (1996), *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell.
- Holton, R. (1996), "Teoria Social Clássica", in B. Turner (ed.), *Teoria Social*. Lisboa: Difel, 23-50.
- Kitchin, R. e Tate, N. J. (2000), *Conducting Research into Human Geography: Theory, Methodology and Practice*. Harlow: Prentice Hall.
- Jameson, F. (1984), "Postmodernism, or the cultural logic of capitalism", *New Left Review*, 146, 53-92.
- Lacoste, Y. (2005), *Dicionário de Geografia. Da Geopolítica às Paisagens*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Lees, L. (1994), "Rethinking gentrification: beyond the positions of economics or culture". *Progress in Human Geography*, 18(2), 137-150.
- Lefebvre, H. (1947), *Le Matérialisme Dialectique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lefebvre, H. (1974), *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos. (Edição inglesa: Lefebvre, H. (2003), *The Production of Space*, Oxford: Blackwell).
- Lefebvre, H. (1977), *Problemas Actuais do Marxismo*. Lisboa: Ulmeiro.
- Ley, D. (1994), "Gentrification and the politics of the new middle class", *Environment and Planning D: Society and Space*, 12(1), 53-74.

- Ley, D. (1996), *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*. Oxford: Oxford University Press.
- Ley, D.; Western, J. e Cybriwsky, R. (1986), "The political and social construction of revitalized neighbourhoods", in N. Smith; P. Williams (ed.), *Gentrification of the City*. Londres: Allen & Unwin, 92-102.
- Lyotard, J. F. (1989), *A Condição Pós-Moderna*. 2ª edição. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Mattson, K. (1978), "Una introducción a la geografía radical", *Geocrítica*, 13.
- Miguel do Carmo, R., (2006), *Contributos para uma Sociologia do Espaço-Tempo*. Oeiras: Celta Editora.
- Mills, C. (1993), "Myths and meanings of gentrification", in J. Duncan; D. Ley (ed.), *Place/Culture/Representation*. Londres: Routledge, 149-170.
- Moraes, A. e Messias da Costa, W. (1987), *Geografia Crítica. A Valorização do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Moraes, A. (1987), *Geografia. Pequena História Crítica*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Navez-Bouchanine, F., 2002, "La fragmentation: sources et définitions", in F. Navez-Bouchanine (ed.), *La Fragmentation en Question: Des Villes entre Fragmentation Spatiale et Fragmentation Sociale?* Paris: L'Harmattan, 45-104.
- O'Connor, J. e Wynne, D. (1996), *From the Margins to the Center: Cultural Production and Consumption in the Post-Industrial City*. Aldershot: Arena.
- Peet, R. (1975), "Inequality and poverty: a marxist-geographic theory", *Annals of the Association of American Geographers*. 65 (4), 564-575.
- Peet, R. (1978), "Materialism, social formation and socio-spatial relations: an essay in marxist geography", *Cahiers de Géographie de Quebec*. 22 (56), 147-172.
- Peet, R. (1998), *Modern Geographical Thought*. Oxford: Blackwell.
- Pellegrino, P. (1994), "Styles de vie et modes d'habiter", *Espaces et Societes*, 73, 9-12.
- Pellegrino, P. et al. (1994), "Types, modeles et emblemes: interfaces de la (re)presentation de soi, les styles de l'espace habite", *Espaces et Societes*. 73, 165-189.
- Phillips, M. (2005), "People in the Centre? The contested geographies of gentrification", in M. Phillips (ed.), *Contested Worlds: An Introduction to Human Geography*. Aldershot, Ashgate: 317-351.
- Poche, B. (1998), *L'Espace Fragmenté*. Paris: L'Harmattan.
- Podmore, J. (1998), "(Re) reading the loft living habitus in Montréal's inner city", *International Journal of Urban and Regional Research*. 22 (2), 283-302.
- Poulantzas, N. (1976), *Teoria das Classes Sociais*. Porto: Publicações Escorpião.
- Quaini, M. (1979), *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra.
- Remy, J., 2002, "La fragmentation ou métamorphose de la ville", in F. Navez-Bouchanine (ed.), *La Fragmentation en Question: Des Villes entre Fragmentation Spatiale et Fragmentation Sociale?* Paris: L'Harmattan, 105-112.

- Robinson, G. (1998), *Methods & Techniques in Human Geography*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Smart, B. (1992), *Modern Conditions, Postmodern Controversies*. Londres: Routledge.
- Smart, B. (1993), *Postmodernity*. Londres: Routledge.
- Smart, B. (1996), "Teoria social pós-moderna", in B. Turner (ed.), *Teoria Social*. Lisboa: Difel, 405-436.
- Smith, N. (1979a), "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people", *Journal of the American Planning Association*, 45, 538-548.
- Smith, N. (1979b), "Gentrification and capital: theory, practice and ideology in Society Hill", *Antipode*, 11 (3), 24-35.
- Smith, N. (1982), "Gentrification and uneven development", *Economic Geography*, 58, 139-155.
- Smith, N. (1984), *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell.
- Smith, N. e Lefavre, M. (1984), "A class analysis of gentrification", in B. London e J. Palen (ed.), *Gentrification, Displacement and Neighborhood Revitalization*. Albany: State University of New York Press, 43-64.
- Smith, N. (1986), "Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space", in N. Smith; P. Williams (ed.), *Gentrification of the City*. Londres: Allen & Unwin, 15-34.
- Smith, N. (1987), "Gentrification and the rent gap", *Annals of the Association of American Geographers*, 77 (3), 462-465.
- Smith, N. (1992), "Blind man's buff, or Hamnett's philosophical individualism in search of gentrification", *Transactions of the Institute of British Geographers*, 17 (1), 110-115.
- Smith, N. (1996a), *The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City*. Londres: Routledge.
- Smith, N. (1996b), "Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space", in S. Fainstein; S. Campbell (ed.), *Readings in Urban Theory*. Oxford: Blackwell, 338-358.
- Smith, N. (2001), "Rescaling politics: geography, globalism, and the new urbanism", in C. Minca (ed.), *Postmodern Geography. Theory and Praxis*. Oxford: Blackwell, 147-168.
- Smith, N. (2002), "New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy", *Antipode*, 34 (3), 427-450.
- Soja, E. e Hadjimichalis, C. (1979), "Between geographical materialism and spatial fetishism: some observations on the development of marxist spatial analysis", *Antipode*, 11 (3), 3-11.
- Soja, E. (1980), "The socio-spatial dialectic", *Annals of the Association of American Geographers*, 70, 207-225.
- Soja, E. (1989), *Postmodern Geographies. The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. Londres: Verso.
- Soja, E. (1997), "Planning in/for postmodernity", in G. Benko; U. Strohmayr (ed.), *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 236-249.
- Sousa Santos, B. (1987), *Um Discurso Sobre as Ciências*. Porto: Edições Afrontamento.

- Sousa Santos, B. (1988a), "O social e o político na transição pós-moderna", *Comunicação e Linguagens*, 67, 25-48.
- Sousa Santos, B. (1988b), "Quatro questões sobre a mudança de clima", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24, 5-19.
- Sousa Santos, B. (1989), *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa Santos, B. (1996), "A queda do angelus novus: para além da equação moderna entre raízes e opções", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 5-34.
- Sousa Santos, B. (2000), *A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência. Para um Novo Senso Comum*. Porto: Edições Afrontamento.
- Therborn, G. (1996), "Teoria crítica e o legado marxista do século XX", in B. Turner (ed.), *Teoria Social*. Lisboa: Difel, 51-81.
- Toffler, A. (1970), *Future Shock*. Nova Iorque: Random House.
- Toffler, A. (1981), *The Third Wave*. Nova Iorque: Bantam Books.
- Vattimo, G. (1987), *O Fim da Modernidade. Nihilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-moderna*. Lisboa: Editorial Presença.
- Vattimo, G. (1992), *A Sociedade Transparente*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Weber, M. (1993), *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura económica.
- Zukin, S. (1982), "Loft living as historic compromise in the urban core: the New York experience", *International Journal of Urban and Regional Research*, 6 (2), 256-267.
- Zukin, S. (1987), "Gentrification: culture and capital in the urban core", *Annual Review of Sociology*, 13, 129-147.
- Zukin, S. (1989), *Loft Living, Culture and Capital in Urban Change*. Londres: Rutgers University Press.